

A CONTRIBUIÇÃO DO PAA E PNAE PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM ESTUDO NAS COLÔNIAS IAPÓ, SANTA CLARA E VIZINHANÇA

Alcione Lino de Araújo¹; Bethânia Ávila Rodrigues²; Leomara Battisti Telles³; Mônica Cristine S. Vaz⁴; Juliana Vitória M. Bittencourt⁵

RESUMO: Com o intuito de descobrir as relações existentes entre a economia solidária, agricultura familiar, e principalmente no âmbito dos princípios de desenvolvimento sustentável, esta pesquisa foi realizada com o objetivo de identificar o desenvolvimento sustentável na economia solidária nas colônias Iapó, Santa Clara e Vizinhança a partir da produção agrícola familiar no ano de 2014. O surgimento da economia solidária teve impulso após o aparecimento excedente de mão de obra, resultado do êxodo rural, e um movimento de militantes sociais que lutavam por formas diferentes de organização laboral. Quanto à metodologia da pesquisa, optou-se por um estudo de natureza aplicada, caracterizado como quantitativo e qualitativo na Associação de Agricultores Familiares, localizada na cidade de Castro - Paraná. Desse modo, foi possível perceber não apenas a presença das dimensões analisadas, mas também as suas relações e efeitos proporcionados pela economia solidária e o desenvolvimento sustentável para agricultura familiar.

PALAVRAS CHAVE: Desenvolvimento Local. Economia Solidária. Políticas Públicas.

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento local compreende um conjunto de atividades envolvendo cultura, economia, política e bem-estar social que, quando desempenhadas em equilíbrio, corroboram com a transformação da realidade local. Buscar o desenvolvimento local, e sustentável, torna-se uma tarefa difícil, uma vez que “implica a superação de alguns desafios fundamentais” (FILHO, 2008, p. 228).

Com o intuito de explorar as relações existentes entre os sistemas de agricultura familiar e os empreendimentos de economia solidária, no âmbito dos princípios de desenvolvimento sustentável, esta pesquisa objetivou identificar a contribuição do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar

1 Doutoranda em Engenharia de Produção – Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Ponta Grossa / Professora Instituto Federal do Maranhão –

2 Mestranda em Engenharia de Produção – Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Ponta Grossa – rodriguesbethania@yahoo.com

3 Doutoranda em Engenharia de Produção – Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Ponta Grossa / Professora do Instituto Federal do Paraná – leomara.battisti@ifpr.edu.br

4 Doutoranda em Engenharia de Produção – Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Ponta Grossa – monicacsvez@yahoo.com.br

5Doutorada pela University of Reading, Professora do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção – Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Ponta Grossa – julianavitoria@utfpr.edu.br.

(PNAE) para o desenvolvimento local em um estudo nas colônias IAPÓ e Santa Clara e Vizinhança, a partir da produção agrícola familiar no ano de 2014.

A atividade agrícola familiar é um sistema de produção simples, comumente adotado por pequenas propriedades rurais, onde o sustento e a sobrevivência da família dependem do manejo da terra. Esse tipo de atividade não é recente no país, porém vêm ganhando mais destaque, devido a sua expansão. Nesse sentido, Winck et al. (2014, p.32) afirma que “a agricultura familiar não é uma categoria social recente, ou seja, a utilização que lhe tem sido atribuída nos últimos anos assume uma postura diferenciada”.

A prática da economia solidária indica uma experiência bem sucedida e sustentável, principalmente por atuar em diversas dimensões como: econômica, social, ambiental, cultural e territorial. A economia solidária contribui significativamente para o desenvolvimento local ampliando as oportunidades de emprego e renda, pois, de acordo com Domingues (2009, p.2), “é uma fonte de experiências que se cruzam e se enriquecem mutuamente e se fortalecem em redes de cooperação econômica, criando uma alternativa forte e sustentável”.

O desenvolvimento local pode ser considerado como o conjunto de atividades culturais, econômicas, políticas e sociais vistas sob óticas inter-setoriais e transescalar que participam de um projeto de transformação consciente da realidade local. Na transformação social, há significativo grau de interdependência entre os diversos segmentos que compõem a sociedade (âmbitos político, legal, educacional, econômico, ambiental, tecnológico e cultural) e os agentes presentes em diferentes escalas econômicas e políticas (do local ao global).

Para Fischer (2002), o desenvolvimento local remete à combinação entre estabilidade e transformação, inovação e permanência, competição e solidariedade, sentidos esses, contraditórios, que são gerenciados simultaneamente por interesses coletivos representados por gestores de processos em diversas escalas. Partindo-se da premissa da valorização dos atores locais, a complexidade na definição do termo desenvolvimento é ampliada quando se insere no contexto local o desenvolvimento sustentável com o intuito de acrescentar as dimensões econômicas, sociais, culturais e ambientais.

A busca pelo desenvolvimento sustentável solidário deve iniciar-se pelo rearranjo das economias locais, tarefa difícil, uma vez que envolvem atores e interesses diversos e “implica a superação de alguns desafios fundamentais” (FILHO, 2008, p. 228).

Com o intuito de explorar as relações existentes entre os sistemas de agricultura familiar e os empreendimentos de economia solidária, principalmente no

âmbito dos princípios de desenvolvimento sustentável, esta pesquisa foi realizada com o objetivo de identificar a desenvolvimento sustentável na economia solidária nas colônias IAPÓ e Santa Clara a partir da produção agrícola familiar no ano de 2014.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Economia Solidária surgiu no cenário econômico e social no final do século XIX, como uma alternativa aos modelos organizacionais capitalistas. Esse novo modelo de economia teve lugar em diversos países. Não é por acaso que esse modelo de economia carrega o adjetivo de “solidária”, pois justamente “a novidade, a força e o diferencial da economia solidária gravita em torno da ideia de solidariedade” (LISBOA, 2005, p.110).

Os empreendimentos solidários são produtores de diversos insumos, incluindo alimentos, artesanatos e matérias primas, e uma forma expressiva dessa economia é a agricultura familiar. A atividade agrícola familiar é um sistema de produção consolidado no país, porém não recebia incentivo pelos governos, fazendo com que muitas famílias campesinas migrassem para os grandes centros urbanos (EID; EID, 2003).

Como forma de incentivo e fomento à produção agrícola familiar, foram desenvolvidos diversos programas governamentais federais. Dois exemplos desses programas são o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), cujo objetivo está em adquirir produtos oriundos da agricultura familiar (BRASIL, 2013). Dessa forma, com o reconhecimento da capacidade produtiva agrícola familiar, muitas famílias passaram a produzir e comercializar para esses programas, contribuindo para o desenvolvimento local e da sua região.

Para Fischer (2002), o desenvolvimento local remete à combinação entre estabilidade e transformação, inovação e permanência, competição e solidariedade, sentidos esses, contraditórios, que são manejados simultaneamente por interesses coletivos representados por gestores de processos em diversas escalas. Partindo-se da premissa da valorização dos atores locais, a complexidade na definição do termo desenvolvimento é ampliada quando se insere no contexto local o desenvolvimento sustentável com o intuito de acrescentar as dimensões econômicas, sociais, culturais e ambientais.

2.1. AGRICULTURA FAMILIAR

A atividade agrícola familiar é um sistema de produção simples, comumente adotado por pequenas propriedades rurais, onde o sustento e a sobrevivência da família dependem do manejo da terra. Esse tipo de atividade não é recente no país, porém vêm ganhando mais destaque, devido a sua expansão. Nesse sentido, Winck *et al.* (2014, p.32) afirma que “a agricultura familiar não é uma categoria social recente, ou seja, a utilização que lhe tem sido atribuída nos últimos anos assume uma postura diferenciada”.

Buscando definir agricultura familiar, Abramovay (1998, p.146) diz que “é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento”. Ou seja, a gestão dos processos produtivos é planejada pelo próprio núcleo familiar.

Durante muito tempo, a atividade agrícola familiar não era valorizada e incentivada pelos governos, resultando no alto índice de migração das famílias camponesas para os centros urbanos, em busca de sobrevivência (EID; EID, 2003). No entanto, esse cenário de fuga do campo e êxodo rural, passou a mudar, com o reconhecimento da importância dessa atividade e a sanção da lei nacional da “Agricultura familiar”, nº 11.326 em julho de 2006, que passou a estabelecer princípios e conceitos para essa atividade (BRASIL, 2006).

No sentido de incentivar e fomentar a produção da agricultura familiar, foram desenvolvidos programas governamentais federais, com a obrigatoriedade de adquirir os alimentos oriundos da produção agrícola familiar. Conforme Amistá (2013), o programa social mais antigo e duradouro é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que vem evoluindo desde a década de 40 e tem, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Alimentação Escolar (FNDE) destinados à aquisição de merenda escolar produzidas por agricultores familiares (BRASIL, 2013).

Outro programa desenvolvido pelo governo federal é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), regulamentado pelo art. 19 da lei nº 10.696 de 2003 (BRASIL, 2003), alterado pela lei nº 12.512, de outubro de 2011, que adquire produtos da agricultura familiar, para destiná-los, gratuitamente, para populações em situação de fragilidade alimentar (BRASIL, 2013). O PAA tem como primeiro objetivo “incentivar a agricultura familiar, promovendo sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento de alimentos e industrialização e à geração de renda” (BRASIL, 2011).

Com os incentivos governamentais, reconhecendo a sua capacidade de produção e importância a atividade agrícola familiar, para o desenvolvimento da região, muitas famílias produzem visando a comercialização para esses programas.

2.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Não raramente surgem ações e políticas públicas estimulando a criação de empreendimentos de economia solidária. Tais iniciativas oferecem apoios institucionais e motivacionais para os empreendimentos, porém os serviços são ineficientes quanto ao desenvolvimento e manuseio de ferramentas comuns de gestão e aos pressupostos de técnicas administrativas e econômicas da autogestão, resultando em uma lacuna que poderá comprometer o desenvolvimento sustentável desses empreendimentos, dificultando atividades básicas, como comercialização e acesso a novas técnicas e conhecimentos (RUTKOWSKI, 2007).

O desenvolvimento sustentável pressupõe uma “interação equilibrada e sustentável das três dimensões essenciais: econômica, social e ambiental” (DOMINGUES, 2009, p.6). A dimensão econômica compreende a necessidade de crescimento e desenvolvimento econômico, porém, atentando à sustentabilidade do ambiente. Na dimensão social, há uma preocupação quanto às necessidades sociais dos indivíduos e da sociedade em que está inserido. E por fim, a dimensão ambiental corresponde à preservação e valorização dos recursos naturais e do ambiente como um todo (DOMINGUES, 2009).

A busca pelo desenvolvimento sustentável solidário deve iniciar-se pelo rearranjo das economias locais, tarefa difícil, uma vez que envolvem atores e interesses diversos e “implica a superação de alguns desafios fundamentais” (FILHO, 2008, p. 228).

2.3 DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL

A criação de empreendimentos solidários proporciona muitas oportunidades de trabalho e renda para a sua comunidade. Tais iniciativas possuem uma “perspectiva alternativa de sustentabilidade no longo prazo, além de ajudarem o país a crescer, contribuem com a elevação do bem-estar da população e, conseqüentemente, com seu desenvolvimento econômico e social” (TAUILE; RODRIGUES, 2004, p.43).

Os empreendimentos solidários são produtores de diversos insumos, incluindo alimentos, artesanatos e matérias prima. Uma forma de comercialização e troca de seus produtos são as redes de economia solidária, que ganham maior visibilidade devido a sua extensão e alcance. De acordo com Filho (2008, p.224), as redes “representam a expressão concreta de uma via sustentável-solidária na promoção do desenvolvimento

local”; compreender as redes de economia solidária, “significa uma associação ou articulação de vários empreendimentos e/ou iniciativas de economia solidária com vistas a construção de um circuito próprio de relações econômicas e intercâmbio de experiências e saberes formativos”.

A prática da economia solidária indica uma experiência bem-sucedida e sustentável, principalmente por atuar em diversas dimensões como: econômica, social, ambiental, cultural e territorial. A economia solidária contribui significativamente para o desenvolvimento local ampliando as oportunidades de emprego e renda, pois, de acordo com Domingues (2009, p.2), “é uma fonte de experiências que se cruzam e se enriquecem mutuamente e se fortalecem em redes de cooperação econômica, criando uma alternativa forte e sustentável”.

3 MATERIAL E MÉTODO

A presente pesquisa é classificada do ponto de vista de sua natureza como aplicada, com o objetivo de gerar conhecimentos para aplicação prática e dirigida à solução de problemas específicos. Pode ser também caracterizada como quantitativa e qualitativa, visto que traduz em números as opiniões e informações para sua classificação e análise, mas, também porque os dados obtidos foram analisados indutivamente (SILVA e MENEZES, 2005).

No que diz respeito aos objetivos, pode ser classificada como explicativa. Visa identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Quanto aos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa experimental, pois foi determinado um objeto de estudo e as variáveis capazes de influenciá-lo foram selecionadas, bem como as formas de controle e de observação dos efeitos que a variável produz no objeto foram definidas (GIL, 2002).

O método científico utilizado foi o dedutivo, pois parte de dados particulares para obtenção de uma verdade geral não contida nas partes examinadas (MARCONI e LAKATOS, 2001).

A pesquisa foi composta pela população de 40 (quarenta) escolas municipais; sendo 26 (vinte e seis) na Zona Urbana e 14 (quatorze) na Zona Rural, com um total de 8.615 (oito mil seiscentos e quinze) alunos matriculados, no município de Castro no estado do Paraná. A Secretaria Municipal de Educação no ano de 2014 adquiriu semanalmente 47 (quarenta e sete) produtos da Associação de Agricultores Familiares

das Colônias IAPÓ e Santa Clara divididos por classes: frutas, produtos processados (panificação) e olerícolas, que foram repassadas as escolas com a finalidade do preparo da merenda escolar para os alunos.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

As Colônias Iapó, Santa Clara e Vizinhança foram colonizadas por povos eslavos (poloneses, ucranianos, tchecos e albaneses), fugidos da invasão russa em seus países de origem, formaram o núcleo colonial IAPÓ e Santa Clara no ano de 1920, essencialmente lavradores. Como todos, os imigrantes sofreram muito no processo de adaptação aos padrões culturais e climáticos do Brasil e ao descaso das autoridades brasileiras com a implantação das colônias. Para garantir a sobrevivência uniram-se para abrir os lotes de 10 alqueires destinados a cada família e formaram um núcleo comum onde construíram o centro comunitário, a igreja e a escola.

No ano de 2014, a Associação de Agricultores Familiares das Colônias IAPÓ e Santa Clara através da contribuição dos programas do Governo Federal PAA e PNAE forneceu os produtos solicitados pela Secretaria de Educação para ser produzida a merenda escolar nas escolas da zona urbana e rural do município de Castro - PR. Nesse fornecimento os produtos foram divididos por classes como: frutas, produtos processados (panificação) e olerícolas.

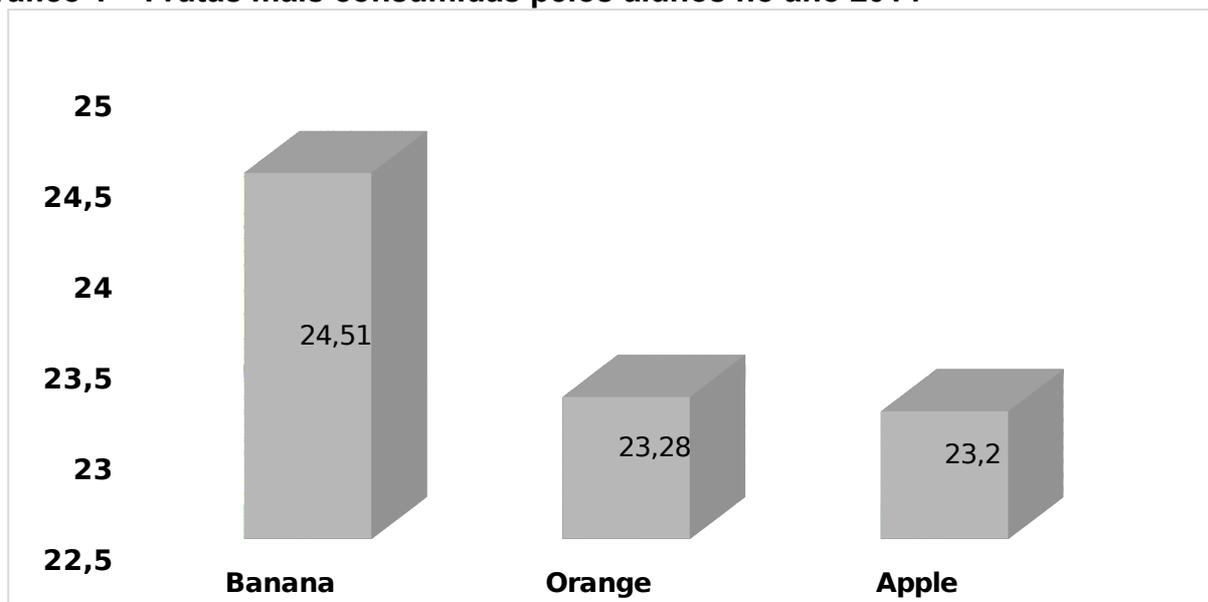
Na tabela 1, apresenta-se o consumo das frutas no ano de 2014 em relação a quantidade de alunos matriculados. O cardápio da merenda escolar prioriza sempre que possível uma fruta em cada refeição servida ao aluno. Assim as frutas que tiveram o maior consumo foram: banana com 211.203 mil unidades; laranja com 200.582 mil unidades e maçã 199.953 mil unidades; as demais são: morango com 60.745 mil unidades, caqui com 36.800 mil unidades, kiwi 16.780 mil unidades, laranja pêra com 13.618 mil unidades, ponkan 9.725 mil unidades, e laranja lima / rosa 4.390 mil unidades. O gráfico 1, apresenta as frutas que mais se destacaram na merenda escolar: banana, laranja e maçã. As demais apresentam uma significativa participação, mas acredita-se que esse destaque se dê por elas serem mais populares e por terem uma maior aceitação por parte das crianças.

Tabela 1 – Consumo de cada aluno versus fruta no ano de 2014

FRUTA	Total de fruta	Quantidade de fruta consumida por aluno em UND
Banana	211.203	24,51
Laranja	200.582	23,28
Maça	199.953	23,2
Morango	60.745	7,05

Caqui	36.800	4,27
Kiwi	16.780	1,94
Laranja pêra	13.618	1,58
Ponkan	9.725	1,12
Laranja lima / rosa	4.390	0,5

Gráfico 1 – Frutas mais consumidas pelos alunos no ano 2014



A tabela 2 destaca os produtos processados. Esses produtos são gênero de panificação fabricados pelas mulheres da Associação de Agricultores Familiares das Colônias IAPÓ e Santa Clara, nas cozinhas comunitárias, onde as mulheres têm sua renda com a venda desses produtos. Dos produtos relacionados no gráfico todos são produzidos em quilo, porém existe o Pão de Mel que é produzido em unidades, e por isso não foi incorporado ao gráfico por ter unidade diferente dos demais. No ano de 2014 a quantidade de Pão de Mel foi de 76.636 mil unidades. Isso significa que cada criança consumiu 8,89 unidades de Pão de Mel durante o ano de 2014.

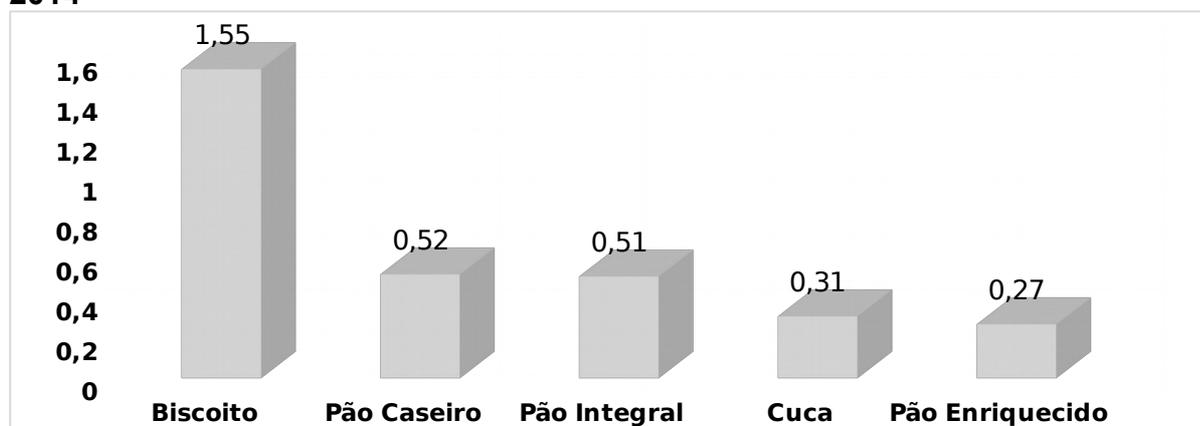
Tabela 2 – Consumo de cada aluno versus produtos processados – gênero de panificação - no ano de 2014

Produtos Processados	Total de produtos processados	Quantidade de produtos processados consumido por aluno em KG
Biscoito	13.430,00	1,55
Pão caseiro	4.527,00	0,52
Pão integral	4.424,50	0,51
Cuca	2.750,00	0,31
Pão enriquecido	2.379,40	0,27
Broa de centeio	1.744,20	0,2
Pão de leite	1.129,00	0,13
Pão de sementes	1.006,20	0,11
Pão de milho	478,00	0,05

O gráfico 2 proporciona entendimento dos produtos processados - panificação com maior aceitação pelas crianças nas escolas como: biscoito, pão caseiro, pão

enriquecido, pão integral, e cuca. Esses produtos suas mães já os produz em casa e por isso tornou-se bem mais aceito na merenda escolar.

Gráfico 2 – Produtos Processados – panificação consumidos pelos alunos no ano 2014



A tabela 3 são exibidos os produtos da classe olerícola, ou seja: legumes, verduras, tubérculos, frutas, etc. Além desses produtos encontra-se ovos, , distribuídos em unidades, num total de 62.712; isso significa que cada criança consumiu 7,27 ovos/ano. Esse produto não foi apresentado no gráfico por não estar na mesma unidade de medida dos demais que se encontram na tabela 3. Nessa tabela observa-se a quantidade de produtos da classe olerícola e consumidos por cada criança.

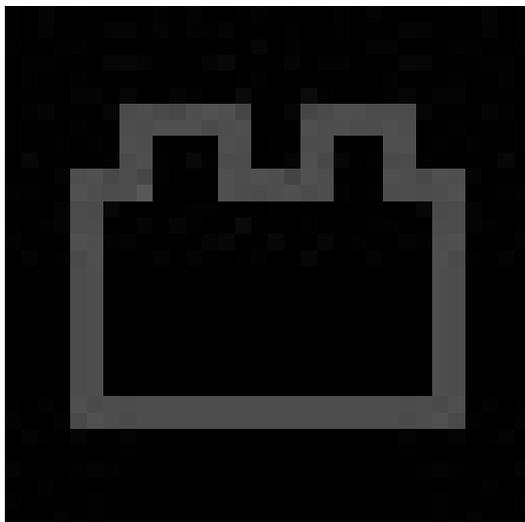
Tabela 3 – Consumo de cada aluno versus produtos In Natura no ano de 2014

Produtos	Total de produtos In Natura	Quantidade de produtos In Natura consumido por aluno em KG
Tomate	4.938,90	0,57
Cenoura	4.096,60	0,47
Pepino	3.471,50	0,4
Batata	3.410,00	0,39
Beterraba	2.733,60	0,31
Chuchu	2.122,00	0,24
Repolho	2.097,50	0,24
Vagem	1.984,60	0,23
Abobrinha	1.871,50	0,21
Brócolis	1.565,00	0,18
Acelga	1.240,00	0,14
Alface	881,10	0,1
Couve Manteiga	742,00	0,08
Couve-Flor	607,50	0,07
Mandioca/Aipim	590,00	0,06
Alface Americana	462,80	0,05
Batata Inglesa	400,00	0,04
Batata Comum	222,50	0,02
Batata Doce	193,50	0,02
Abóbora	157,30	0,01

O gráfico 3 demonstra uma leitura dos produtos da classe olerícola que foram mais solicitados pela Secretaria Municipal de Educação da cidade d Castro – PR; observa-se que quem obteve maior destaque foram: tomate, cenoura, pepino, batata,

beterraba; os demais produtos são importantes mas para essa demonstração só foram considerados os cinco primeiros.

Gráfico 3 – Produtos In Natura mais consumidos nas escolas no ano de 2014



4 CONCLUSÕES

Um dos pontos principais para Associação de Agricultores Familiares das Colônias IAPÓ, Santa Clara e Vizinhança na cidade de Castro – PR foi a integração entre a comunidade e os vários segmentos governamentais e sociais.

A contribuição que a economia solidária oferece para a Associação refere-se ao fortalecimento da economia local e/ou desenvolvimento local pela retenção do capital gasto pela Prefeitura no PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) dentro da própria região; aumento e diversificação da produção; fortalecimento institucional; redução do êxodo rural pelo ânimo renovado dos pequenos produtores, principalmente no caso do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), abertura de novos mercados após o início das vendas para a Prefeitura, investimento na atividade produtiva, garantia de renda tanto para os homens quanto para as mulheres daquela associação, ampliação da qualidade de vida, e aumento da formalização dos agricultores familiares por meio do cadastramento em Programas Governamentais e até mesmo participar de Cooperativas e/ou Associações.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Agricultura familiar e serviço público**: novos desafios para a extensão rural. Cadernos de Ciência & Tecnologia. Brasília, v.15, p.137-157, 1º sem. 1998.

AMISTÁ, M. J. de M. **Programa de alimentação escolar**: perfil dos beneficiários, qualidade e atuação de gestores da comunidade de Guariba. 2013, 174f. Dissertação (Mestrado) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo – SP, Piracicaba, 2013.

BRASIL. Portal Brasil. **Merenda escolar utiliza cada vez mais produtos da agricultura familiar**. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2013/07/merenda-escolar-utiliza-cada-vez-mais-produtos-da-agricultura-familiar>>.

_____. **Lei nº 11.326**, de 24 de julho de 2006. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>.

_____. **Lei nº 10.696 de 02 de julho de 2003**. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.696.htm>.

_____. **Lei nº 12.512 de 14 de outubro de 2011**. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12512.htm#art33>.

DOMINGUES, M. P. T. S. **Economia solidária**: a economia real do desenvolvimento sustentável. Artigo apresentado no V Colóquio Ibérico De Cooperativismo E Economia Social. Santarém, 2009. Disponível em: <http://pt.solecopedia.org/images/archive/d/d5/20110111184816!Artigo_-_Economia_Solid%C3%A1ria.pdf>.

EID, F.; EID, R. M. C. O. **Marketing e agricultura familiar**: estudo em uma cooperativa de reforma agrária. In: XXIII Encontro Nacional de Engenharia de Produção – ENEGEP, Ouro Preto, 2003. Anais.

FILHO, G. C. de F. 2008. **A via sustentável-solidária no desenvolvimento local**. Organizações & Sociedade, [S. l.], v. 15, nº45, abr./jun.

FISCHER, T. 2002. **Gestão do desenvolvimento e poderes locais**: marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade.

GIL, A. C. (2002). **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas.

LISBOA, A. de M. 2005. **Economia Solidária e autogestão: imprecisões e limites**. Pensata, [S.l.], nº3, p.109-115, jul/set.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. 2001. **Fundamentos de metodologia científica**. 4 ed. São Paulo: Atlas.

RUTKOWSKI, J. **Sustentabilidade em empreendimentos econômicos solidários**: outro mundo, outra economia, outra engenharia. In: V Encontro Internacional de Economia Solidária. São Paulo, 2007. Anais.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4ed. Ver. Atual – Florianópolis: UFSC, 2005.

TAUILE, J. R.; RODRIGUES, H. **Economia Solidária e Autogestão**: a criação e recriação de trabalho e renda. IPEA – Mercado de Trabalho, [S.l.], nº 24, p.35-43, 2º sem. 2004.

WINCK, C. A. *et al.* **Agricultura familiar e rendas alternativas na região da Quarta Colônia/RS**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. São Paulo, v.10, p.28-51, 1º sem. 2014.